

O que fazer com os eventos privados? Reflexões a partir das ideias de Baum, parte I: A definição de privacidade

(What should we do with private events? Remarks on Baum's ideas, part I: The definition of privacy)

Diego Zilio* & Alexandre Dittrich**

*UNESP - Universidade Estadual Paulista & **Universidade Federal do Paraná – UFPR
(Brasil)

RESUMO

Os eventos privados estão entre os principais objetos de reflexão na análise do comportamento. No entanto, mesmo que literatura significativa tenha sido publicada, parece não haver considerações consensuais acerca da privacidade. Nesse contexto, destacam-se as ideias de Baum (2011a, 2011b): provocativas, elas levantam questões essenciais acerca dos eventos privados. Em dois ensaios dedicados ao tema, argumentaremos que a análise de Baum, em diversos momentos, utiliza-se de conceitos pouco claros e eventualmente contraditórios. Neste primeiro ensaio focaremos dois tópicos: a própria definição de privacidade e a proposta de análise molar do comportamento. Ao contrário de Baum, que define a privacidade apenas pela sua inacessibilidade, ressaltamos que há outro fator essencial na definição dos eventos privados: a forma pela qual se estabelecem as relações privadas entre estímulos e respostas. Trata-se do “contato especial” descrito por Skinner (1963). À luz da definição de privacidade como forma especial de contato, consideramos que a análise molar, embora útil, não elimina ou torna desnecessárias as considerações sobre eventos privados na análise do comportamento.

Palavras-chave: Eventos privados; Contato especial; Inacessibilidade; Análise molar; W. M. Baum; Behaviorismo radical.

ABSTRACT

Private events are one of the main topics of discussion in behavior-analytic literature. However, consensual ideas about private events haven't been reached yet, despite the significant amount of work on the subject. In this context, for raising fundamental questions about private events in a provocative way, Baum's (2011a, 2011b) ideas deserve special attention. In two essays dedicated to his proposal, we will argue that Baum's analysis is unclear and, in some moments, contradictory. In this first essay we will focus on two topics: the very definition of privacy and the molar analysis of behavior. Contrary to Baum, who defines privacy only by its inaccessibility, we will argue that there is another essential factor in the definition of private events: the way by which private relations between stimuli and responses are established. It is the “special contact” described by Skinner (1963). Assuming the definition of privacy as a special way of contact, we will argue

that, although useful, the molar analysis of behavior does not eliminate private events or render them unnecessary for behavior analysis.

Keywords: Private events; Special contact; Inaccessibility; Molar analysis; Baum; Radical behaviorism.

Se analisarmos a história da ciência e da filosofia, notaremos que ocasionalmente despontam propostas responsáveis por abalar o *status quo* de uma área e o seu aparente estado de ordem. Esses eventos não precisam ser necessariamente mudanças de paradigma no sentido descrito por Kuhn (1962/2006). Em comparação às revoluções científicas, eles também podem ser mais modestos: propostas suficientemente intrigantes a ponto de levar os membros de uma dada comunidade científica e/ou filosófica a pensar sobre certo assunto.

As ideias de Baum (2011a, 2011b) acerca dos eventos privados seguramente se enquadram nessa categoria. Elas constituem um claro exemplo de como a aparente ordem em um dado campo pode ser questionada. Baum (2011a, 2011b) apresentou ideias provocativas, que nos fazem pensar novamente sobre os eventos privados. Trata-se de um dos temas mais debatidos na área, desde as críticas de Watson (1913) à introspecção e à psicologia da consciência feitas há mais de 100 anos, passando pelo texto seminal em que Skinner (1945) apresentou a sua proposta alternativa de análise dos termos psicológicos, até as reflexões posteriores feitas por analistas do comportamento (e.g., Barnes-Holmes, 2003; Carrara, 2012; Hayes & Fryling, 2009; Hocutt, 2009; Moore, 1980, 2001, 2009; Natsoulas, 1978, 1986; Palmer, 2009; Palmer et al., 2004; Stemmer, 1992; Tourinho, 2001, 2006a, 2006b, 2007, 2009; Zilio, 2010). Porém, como é possível entrever pela leitura de Baum (2011a, 2011b) e de seus comentadores (Catania, 2011; Carrara, 2012; Hineline, 2011; Marr, 2011; Palmer, 2011; Rachlin, 2011), os analistas do comportamento estão longe de atingir um consenso sobre o assunto.

Um dos problemas centrais consiste na própria definição de privacidade: existe definição clara e consensual de eventos privados? Neste primeiro ensaio, discorreremos sobre essa questão. Argumentaremos que Baum (2011a, 2011b) coloca na categoria de “privacidade” eventos e/ou conceitos distintos, a ponto de tornar a sua própria definição desprovida de significado claro. Em face dessas considerações, e amparados pela literatura skinneriana, proporemos uma restrição do conceito de privacidade. Em adição, discutiremos a pertinência da abordagem molar do comportamento, conforme proposta por Baum, como alternativa para o estudo dos eventos privados.

A DEFINIÇÃO DE EVENTOS PRIVADOS

De acordo com Baum (2011b), “*privado* significa, por definição, inobservável pelo outro” (p. 237). Ou seja, o autor parece definir a privacidade como a propriedade de ser inobservável a terceiros. Para Baum, o evento privado seria observável apenas ao próprio sujeito do comportamento¹. Argumentaremos adiante que essa definição é passível de críticas. Por hora, continuemos com a análise do autor (2011a, 2011b).

A pergunta que se segue, então, é a seguinte: *que tipos de eventos são privados?* Isto é, que eventos seriam inobserváveis a terceiros? Novamente com Baum (2011a): “Muitos tipos diferentes de eventos privados ocorrem dentro da pele: eventos neurais, eventos na retina, eventos no ouvido interno, fala subvocal

1) O termo “sujeito do comportamento” (e outros similares) é utilizado aqui como recurso linguístico. Na perspectiva das relações comportamentais, não há propriamente sujeito agente do comportamento. Existem relações comportamentais atribuídas pelo observador a um sujeito ou organismo. Mas essa atribuição é pragmática, decorre da estrutura da linguagem, em que há sempre um “sujeito” associado a um “objeto” (Hineline, 1980). O organismo ou sujeito do comportamento deve ser visto apenas como um ponto de referência pragmático para falar do comportamento. É apenas nesse sentido que frases como “o sujeito do comportamento”, “o sujeito sente dor”, “o sujeito responde ao estímulo”, dentre outras, devem ser interpretadas.

(i.e., pensamento), e assim por diante” (p. 186). Em adição, assim como Rachlin (1985, 1994, 2003), Baum (2011a) afirma que “eventos mentais, incluindo pensamento, sentimentos e sensações, podem ser identificados às atividades públicas das quais eles são inferidos. ... Rachlin identificou eventos mentais como crer, desejar, intencionar, conhecer, ouvir, estar com dor, e assim por diante, com padrões estendidos de comportamento público” (p. 195).

Dessa forma, Baum parece associar os eventos privados às chamadas (a) *atitudes proposicionais*, tais como crenças, desejos, conhecimento e intenção; (b) *eventos mentais*, como pensamento, sentimento, sensação e percepção; e (c) *eventos fisiológicos*, como, por exemplo, atividades neurais e eventos que ocorrem no ouvido interno e na retina. Conforme veremos a seguir, um dos principais problemas da proposta de Baum está em unir essas classes distintas sob a mesma categoria de “eventos privados”. E mais, para Baum (2011a), por fazerem parte da mesma categoria, a proposta alternativa de análise dos eventos privados como “padrões estendidos de comportamento público” seria aplicável às três classes de eventos. Nessa generalização, encontraremos o principal problema com a proposta alternativa de Baum.

Resumindo, para Baum eventos privados são aqueles inobserváveis por terceiros, e são normalmente associados a atitudes proposicionais, eventos ditos “mentais” e eventos fisiológicos. Antes de iniciar a análise dessas categorias, é pertinente discorrer genericamente sobre a proposta de Baum (2011a, 2011b), já que supostamente tal alternativa eliminaria os eventos privados, *qua* privados, como objeto de estudo da análise do comportamento.

A ALTERNATIVA DE BAUM

A proposta desenvolvida por Baum repousa na análise molar do comportamento (cf. Baum, 2002, 2003). Em poucas palavras, eventos privados poderiam ser analisados como padrões estendidos de comportamento (cf. Rachlin, 1985, 1994, 2003). Sobre a perspectiva molar, disse Baum (2011a): “a seleção do comportamento opera sobre padrões estendidos de atividade, e não pode ser entendida focando-se no momento” (p. 193); “a compreensão do comportamento como o comércio [relação] com o ambiente nos diz que ele é estendido no tempo e que o comportamento e seus efeitos são concretos e mensuráveis. Em outras palavras, todo comportamento e efeito relevantes são públicos” (p. 194); e “a tentação de pressupor eventos privados surge quando uma atividade é vista em escala temporal demasiadamente pequena. ... Vista em escala temporal maior, a atividade é contínua, e qualquer evento privado que ocorrer pode ser ignorado” (p. 194).

Há informações relevantes nessas passagens que nos ajudam a entender as premissas que fundamentam a argumentação de Baum. Em primeiro lugar, o autor diz que a definição de comportamento como um processo relacional estendido no tempo possui efeitos inevitavelmente concretos e mensuráveis e, por extensão, públicos. Ou seja, “concreto” e “mensurável” seriam características dos eventos públicos e não dos eventos privados. Em segundo lugar, a pressuposição de eventos privados surgiria a partir da análise do comportamento em escala temporal pequena. Baum (2011a), vale ressaltar, não apresenta critérios para diferenciar a análise “molar” e a análise “molecular”, ou em “escala pequena”, e aqui temos um dos principais problemas associados ao debate (cf. Donahoe & Palmer, 1994; Galbicka, 1997; Meazzini & Ricci, 1986; Marr, 2011). Quando uma análise deixa de ser molecular para se tornar molar? Qual é o ponto de mudança? Haveria critérios claros ou essa distinção seria arbitrária? De todo modo, não é nosso objetivo aqui discutir a questão específica das diferenças entre análise molar e molecular. É do nosso interesse apenas ressaltar que, para Baum (2011a, 2011b), a partir do momento em que adotamos a perspectiva molar na análise do comportamento (sejam quais forem os critérios que o autor utilizar para definir a “molaridade”), os eventos privados deixam de ser relevantes.

Em síntese, com a adoção da perspectiva molar, os eventos privados tornam-se desnecessários, e a análise passa a focar apenas os padrões estendidos de comportamento público, estes sim “concretos” e

“mensuráveis”. Baum (2011a) apresenta alguns exemplos nos quais a análise molar poderia ser aplicada. Aqui apresentaremos dois deles.

O primeiro consiste no caso hipotético de observação do comportamento de Tom, um sujeito que está trabalhando em algum projeto em seu quintal. No intervalo de tempo *T1* observamos que Tom está cavando um buraco. Após um breve período de tempo, *T2*, notamos que Tom não está cavando um buraco qualquer, mas sim uma vala. Decorrido outro intervalo de tempo, *T3*, observamos que Tom parece estar instalando um sistema de canalização de água. Finalmente, após outro intervalo de tempo observando (*T4*), constatamos que seu objetivo é instalar uma fonte em seu quintal. A questão “O que Tom está fazendo?” ganhou diferentes respostas na medida em que observamos o seu comportamento por um maior período de tempo. Em *T1* responderíamos “Tom está cavando um buraco”, mas em *T4* diríamos “Tom está instalando uma fonte em seu quintal”. Assim, é apenas através da análise de seu comportamento estendido no tempo que chegamos à resposta relativa ao objetivo principal de Tom: a instalação da fonte.

Mas o exemplo não termina aqui. Continuamos a observar Tom trabalhando em seu projeto quando, em um dado período de tempo, *T5*, ele se detém. Tom interrompe a escavação da vala na qual o sistema de canalização de água da fonte seria instalado. O que Tom está fazendo? Estaria refletindo sobre o seu projeto? Descansando? Pensando no almoço? Estaria ele sentindo dor nos braços? Será que ele encontrou algum problema? Após essa pausa, no tempo *T6* Tom retoma a atividade e, passadas algumas horas, conclui o seu projeto.

Baum (2011a) acredita que não é relevante saber o que ocorreu no intervalo de tempo *T5*. O comportamento encoberto de Tom nesse momento seria completamente desnecessário para entendermos o seu padrão estendido de comportamento. Em suas palavras: “Qualquer comportamento verbal encoberto ou subvocal que possa ter ocorrido, ele foi parte de uma atividade estendida, isto é, de resolução do problema. Qualquer ação ou estímulo privado não é causal e nem essencial” (p. 194).

O segundo exemplo que descreveremos aqui consiste na dor de dente de Jane. Novamente com Baum (2011a):

Quando Jane reclama de uma dor de dente, ela não está perscrutando sobre uma coisa interna dolorosa (ou um estímulo privado) e respondendo a ela; ela [Jane] está respondendo ao dano em seu dente. ... Seria o estímulo privado o dano no dente? Isso seria físico. Mas [Skinner] diz “dor de dente”, e não “dente”. O estímulo privado não pode ser uma coisa interna dolorosa; isso não seria físico. Pela perspectiva molar, a dor de dente é o comportamento de dor (“mãos na mandíbula, expressões faciais, gemidos, e assim por diante”...), o qual Skinner chamou de “respostas colaterais”. (p. 198)

Em consonância com Rachlin (1985, 1994, 2003, 2011), Baum supõe que seja possível eliminar o aspecto privado das sensações a partir da análise molar do comportamento. A “dor” não seria um evento privado, algo experienciado pelo próprio sujeito e inobservável a terceiros. A “dor” seria nada mais que os padrões estendidos de comportamento público: expressões faciais, gemidos, choro, e assim por diante.

PRIVACIDADE E O CONTATO ESPECIAL

No início deste ensaio afirmamos que o principal mérito da proposta de Baum (2011a, 2011b) é incitar questões que, de outra forma, talvez não fossem feitas. Em poucas palavras, os textos de Baum nos levam a refletir sobre o *status* dos eventos privados na análise do comportamento. Uma das questões centrais consiste na própria definição de privacidade. É justamente na definição de eventos privados que encontramos um dos principais problemas da análise apresentada nos textos de Baum. Proporemos nesta seção uma definição alternativa, fundamentada pela seguinte passagem de Skinner (1963):

O fato da privacidade não pode, evidentemente, ser questionado. Cada pessoa está em contato especial com uma pequena parte do universo fechada no interior de sua pele. ... Ainda que em algum sentido duas

pessoas possam dizer estar vendo a mesma luz ou ouvindo o mesmo som, elas não podem sentir a mesma distensão do canal biliar ou o mesmo músculo lesionado. (Quando a privacidade é invadida por instrumentos científicos, a forma de estimulação se modifica; as escalas estudadas pelo cientista não são os eventos privados em si). (p. 952)

Acreditamos que a teoria skinneriana seja mais adequada em comparação à proposta de Baum, e há nessa passagem informações essenciais para entendermos a teoria dos eventos privados proposta pelo autor. Por conta disso, justifica-se a análise ponto a ponto que será feita a seguir.

Conforme vimos anteriormente, para Baum (2011a, 2011b) o que define a privacidade é a impossibilidade de observação por terceiros. No entanto, essa definição está incompleta. Embora todos os eventos privados sejam inobserváveis por terceiros, nem todo evento “inobservável” (seja em princípio ou momentaneamente) é privado. Antes da descoberta do microscópio de elétron, a sinapse era “inobservável”, mas isso não fazia dela um evento “privado”. O bóson de Higgs, a despeito de todos os avanços tecnológicos, ainda é “inobservável”, mas não é um evento “privado”. Poderíamos dizer que esses dois casos exemplificam fenômenos cuja impossibilidade de observação seria contingente – isto é, dependente de avanços tecnológicos.

No entanto, a propriedade de ser inobservável é apenas um dos elementos que definem a privacidade. É preciso levar em conta a relação especial que caracteriza os eventos privados². Trata-se do “contato especial” (p. 952) descrito por Skinner (1963) na passagem aqui reproduzida. A característica demarcatória e essencial dos eventos privados consiste na forma pela qual entramos em contato com o mundo “privado”. É esse contato especial que torna os eventos privados inobserváveis a terceiros. Ressaltar apenas o aspecto observacional na definição da privacidade, tal como faz Baum (2011a, 2011b), consiste em eliminar a sua característica comportamental e relacional. Conforme argumentamos, nem todos os eventos inobserváveis são “privados”. A razão é que nem todos os eventos inobserváveis são eventos comportamentais, e os eventos privados são eventos comportamentais.

Então, o que define os eventos privados? Em poucas palavras, é a forma especial pela qual entramos em contato com o “mundo privado” (Skinner, 1963). Para entender o que isso significa, é interessante discutir algumas possíveis diferenças entre percepção e sensação. Na passagem anteriormente apresentada, Skinner (1963) parece traçar uma distinção entre “sentir” (sensação) e “ver” (percepção). Essa distinção é desenvolvida em outro texto pelo autor (1969):

Nós usamos “sentir” para denotar a sensibilidade passiva aos estímulos corporais, assim como usamos “ver” e “ouvir” para denotar a sensibilidade aos estímulos que atingem o corpo à distância. Nós *sentimos* objetos com os quais estamos em contato assim como *vemos* objetos à distância. Cada modo de estimulação tem os seus próprios órgãos dos sentidos. ... De certa maneira, a sensação parece ser tanto a coisa sentida, bem como o ato de senti-la. (p. 255)

Sendo assim, a dor de dente é caracterizada como uma “sensação”, uma relação privada constituída por uma fonte de estimulação “dolorosa” e a resposta de sentir essa estimulação. Essa resposta de sentir re-

2) Nesse momento, faz-se necessário tecer alguns comentários sobre a lógica dos conceitos. Acreditamos que não exista contradição lógica e/ou linguística em designar “eventos” privados como “relações” comportamentais. A questão aqui é se eventos e relações fazem parte de categorias conceituais e/ou metafísicas distintas. Em filosofia da linguagem, não há definições consensuais de “evento” e “relação” (Casati & Varzi, 2006). Usualmente, o termo “evento” é definido em contraposição ao termo “objeto”. Diz-se que objetos, tais como cadeiras e pedras, ocupam lugar no espaço, podem ser deslocados e existem no tempo (ou seja, estão presentes durante todo o período de sua existência). Eventos, por outro lado, “ocorrem” no tempo-espaço, são acontecimentos estendidos temporalmente. Eventos são constituídos por objetos, tais como barras, luzes ou ratos (Casati & Varzi, 2006). Assim, a sentença “o rato pressionou a barra e uma gota d’água foi depositada no bebedouro” pode ser caracterizada como descrição de evento. Porém, ela também indica uma relação entre resposta e estímulo consequente. Portanto, se eventos forem definidos como acontecimentos estendidos temporalmente, talvez seja possível considerar que existam eventos relacionais. Acreditamos aqui essa possibilidade.

fere-se apenas à “mera recepção de estímulos” (Skinner, 1953/1965, p. 140). Ou seja, um dente inflamado, a fonte de estimulação, não é doloroso em si mesmo. É preciso que o sujeito responda à estimulação, sentindo-a: a dor de dente só existe enquanto relação entre o estímulo e a resposta de senti-lo. O mesmo vale para a percepção: a resposta perceptiva é ocasionada por uma estimulação ambiental externa – exceto em casos de “ver na ausência do objeto visto” (cf. Skinner, 1963, 1967). A experiência perceptiva só existe nessa relação.

Outra diferença importante é que a resposta de sentir difere do responder discriminado em relação à dor de dente. Jane pode responder à sua relação privada dolorosa dizendo “Estou com dor de dente”. A relação privada, isto é, a “sensação” de dor estabelece a ocasião para o relato. Este faz parte do repertório verbal de Jane graças à sua comunidade verbal que, a partir dos eventos públicos normalmente associados à “dor” (e.g., gemidos, choro, expressões faciais, mão na mandíbula, etc.), ensinou-a a descrever dessa forma a relação privada (Skinner, 1945, 1957). Situação análoga acontece no caso da percepção: há as relações perceptivas, constituídas tanto pelos estímulos perceptivos quanto pelas respostas de vê-los, e também o que Skinner (1963, 1967) descreveu como “ver que está vendo” – isto é, o responder discriminado controlado pela relação perceptiva. Quando um sujeito diz “Estou vendo a lua”, ele está sob controle desta relação perceptiva: o estímulo “lua” e a resposta de vê-la. A exemplo do que ocorre na sensação, a “resposta de ver” seria constituída meramente pelos efeitos fisiológicos ocasionados pela estimulação visual (Skinner, 1963).

Dessa forma, o que diferencia a percepção da sensação é a forma pela qual se entra em contato com os estímulos. Segundo Skinner (1953/1965, 1963, 1969, 1974), existiriam três vias de contato com o mundo. Em primeiro lugar, há o sistema nervoso exteroceptivo, responsável pelo nosso contato com o ambiente público – isto é, pelo ambiente que também é acessível a terceiros através de seus sistemas nervosos exteroceptivos. Retomando a passagem de Skinner (1963), é esse sistema que torna possível dizer que “*em algum sentido* duas pessoas possam dizer estar vendo a mesma luz” (p. 952, *italicos* adicionados). Ambas estão sob controle da mesma fonte de estimulação e o acesso se dá através de seus sistemas exteroceptivos – nesse caso, o sistema visual. Ressalta-se, porém, que isso não quer dizer que tal fonte exerça mesma função para ambas. A função decorre das contingências às quais as pessoas foram submetidas. As duas outras formas de contato com o mundo, por sua vez, seriam através do sistema nervoso interoceptivo, responsável pelo contato com o sistema digestivo, circulatório e respiratório, e do sistema nervoso proprioceptivo, responsável pelo contato com os movimentos musculares e com a postura coordenada do corpo. Esses sistemas possibilitam o “contato especial” que define as relações privadas. É por isso que duas pessoas podem dizer que estão vendo a mesma coisa, mas não podem dizer que estão sentindo a mesma dor (Skinner, 1963). Não há incoerência, por exemplo, no questionamento “Você está vendo o carro vermelho?” Ao que o questionado pode responder: “Sim, estou vendo. Ele está cada vez mais próximo de nós”. Porém, não há sentido na pergunta “Você está sentido dor no meu dente?” A dor é uma relação privada, e o sujeito que a sente o faz através de seus sistemas nervosos interoceptivo e proprioceptivo. Terceiros não possuem esse tipo de contato.

Retomando o exemplo da Jane, a garota com dor de dente descrita por Baum (2011a), suponha-se que ela tenha decidido ir ao dentista para tratar de sua dor de dente. Do ponto de vista de Jane, há a relação privada, a sensação de “dor de dente”, constituída pelo estímulo “doloroso”, o dente inflamado, e a resposta de “sentir” possibilitada pelo sistema nervoso interoceptivo. Jane, então, chega ao dentista e diz: “Estou com dor de dente”. A “sensação” de dor de dente estabelece a ocasião para a emissão dessa resposta verbal, já que foi assim que a comunidade verbal, através de indícios indiretos, ensinou Jane a descrever os eventos privados “dolorosos”. Após o relato, o dentista passa a examinar o dente e constata que, de fato, ele está inflamado, condição essa que pode ocasionar “dor de dente”. O dentista, assim, diz: “De fato, o seu dente está inflamado. Você está sentido dor, mas encontrei a causa e irei iniciar o tratamento”.

Através de indícios indiretos (relato verbal, gemidos, expressão facial, e, sobretudo, o dente inflamado), o dentista infere que Jane esteja com dor de dente e, inclusive, reforça o relato de Jane ao dizer que ela está “sentido dor”. No entanto, o dentista não “observa” a dor - isto é, ele não tem acesso ao evento privado.

A invasão instrumental que faz parte da análise do dente inflamado não torna a dor de dente pública (Zilio, 2010). Como vimos em Skinner (1963), “quando a privacidade é invadida por instrumentos científicos, a forma de estimulação se modifica” (p. 952). Em outras palavras, a forma pela qual o dentista entra em contato com o dente inflamado de Jane, a saber, através de seu sistema nervoso exteroceptivo, é diferente da forma pela qual Jane entra em contato com a fonte de estimulação, a saber, através de seu sistema nervoso interoceptivo. Jane “sente” a dor de dente, enquanto o dentista “observa” o dente inflamado, mas não a dor de Jane.

Em resumo, os eventos privados são definidos pela forma especial através da qual eles são estabelecidos – isto é, através das vias interoceptivas e proprioceptivas que os tornam possíveis. Esse seria o “contato especial” descrito por Skinner (1963). Em decorrência desse contato especial, os eventos privados são inobserváveis a terceiros. Portanto, na definição da privacidade, é preciso levar em conta esses dois aspectos, e não apenas a impossibilidade de observação.

A desconsideração pelo contato especial é a principal razão para a existência dos exemplos baseados puramente no número de observadores. Embora o escritor esteja trabalhando em seu novo romance sozinho em seu escritório, o seu comportamento não é privado, pois ele é potencialmente observável. Isto é, se alguma pessoa entrar na sala neste momento, ela será capaz de observar o escritor trabalhando. A privacidade não pode ser definida pela disponibilidade de observadores (é para esse aspecto que o exemplo aponta), mas sim pelas possibilidades de observação, isto é, pelas formas de contato associadas aos eventos comportamentais. Eventos públicos são passíveis de observação, mesmo quando não há observadores. Eventos privados, por conta do contato especial que os define, são inobserváveis a terceiros, estejam eles presentes ou não.

OS TIPOS DE EVENTOS PRIVADOS DESCRITOS POR BAUM

Em posse dessa definição de eventos privados, é pertinente discutirmos sobre os “tipos” de eventos privados apresentados por Baum (2011a). Consideramos que nem todos os eventos descritos pelo autor se enquadram na categoria de eventos privados. Além disso, argumentaremos que a análise molar proposta pelo autor tem aplicação limitada se assumirmos a definição de privacidade desenvolvida na seção anterior.

Além de definir os eventos privados como aqueles “inobserváveis pelo outro”, Baum (2011a, 2011b) também apresenta alguns exemplos de eventos que considera privados. Retomando as categorias de classificação que podemos extrair do texto do autor, os eventos privados seriam (a) atitudes proposicionais, tais como crenças, desejos, conhecimento e intenção; (b) *eventos mentais*, como pensamento, sentimento, sensação e percepção; e (c) *eventos fisiológicos*, como, por exemplo, atividades neurais.

Começemos pela categoria c. Ao descrever os diferentes tipos de eventos privados, Baum (2011a) coloca entre eles os “eventos neurais, eventos na retina, eventos no ouvido interno” (p. 186). Porém, eventos fisiológicos não são em si privados. Baum parece associar os eventos privados com o que ocorre dentro do organismo. Mas não é a localização do estímulo que define a privacidade, e sim o “contato especial” - ou seja, as vias pelas quais as relações privadas são estabelecidas. O dente inflamado é um “evento fisiológico” acessível tanto ao sujeito da dor de dente quanto ao dentista. No entanto, como argumentamos anteriormente, a forma pela qual esses sujeitos acessam o dente inflamado é distinta. Em adição, associar eventos fisiológicos com eventos privados pode levar à conclusão um tanto estranha de que eventos públicos não seriam também fisiológicos (Marr, 2011). Ao construir um sistema de encanamento para a fonte em seu quintal, Tom estava se comportando publicamente, e esse comportamento é “fisiológico”, no simples sentido de que é emitido por um organismo. Seja público ou privado, todo e qualquer comportamento consiste em atividade fisiológica do organismo (cf. Marr, 2011; Tourinho, 2006a). Não é o caráter fisiológico dos eventos que define a privacidade, mas sim o “contato especial” com a fonte de estimulação, e tanto relações privadas quanto públicas são fisiológicas - o que torna o argumento “ser fisiológico” desprovido de sentido quando o objetivo é justamente distinguir relações públicas de relações privadas.

A categoria *b*, por sua vez, inclui eventos privados. Chamamos tal categoria de “eventos mentais” já que, em linguagem popular, o termo “mental” está normalmente associado a esses eventos - e o próprio Baum (2011a, p. 195) emprega tal expressão. Diz-se que “pensamento”, “sentimento”, “sensação” e “percepção” são eventos mentais. No entanto, acreditamos que não seja possível apresentar critérios demarcatórios suficientemente claros que justifiquem a adoção dessa taxonomia, ao menos não no contexto de definição dos eventos privados. Por exemplo: o que distingue a sensação do sentimento? Ou em que sentido a percepção ou o pensamento seriam eventos privados?

Acreditamos que uma maneira mais útil para definir os tipos de eventos privados esteja justamente (e novamente) no contato especial que os caracteriza. Eventos privados são aqueles estabelecidos por um contato especial entre a fonte de estimulação e a resposta de senti-lo. Como vimos, para Skinner (1953/1965, 1963, 1969, 1974) essa forma de contato especial se daria através dos sistemas nervosos interoceptivo e proprioceptivo. Se o uso de termos psicológicos, tais como “pensamento”, “sensação”, “sentimento” e “percepção”, são controlados por eventos privados tal como definidos por Skinner, então eles fazem parte de seu “significado”.

Nesse momento é relevante relembrar uma questão importante. Para o behaviorismo radical, o significado de um termo está nas contingências responsáveis por estabelecer e manter o seu uso (Skinner, 1945, 1957). A busca do significado de um termo consiste em avaliar as condições que estabelecem a ocasião para o seu uso e as consequências que se seguem de seu uso (Moore, 1981). Assim, por exemplo, o termo psicológico “sensação” pode ser utilizado sob controle de eventos privados. A relação privada entre o dente inflamado (estímulo) e a resposta de senti-lo estabeleceu a ocasião para a descrição “Estou com dor de dente” feita por Jane. No entanto, esta provavelmente não é a única variável responsável pelo controle da descrição. Jane também pode ter visto a sua boca inchada e o dente inflamado através de seu reflexo em um espelho, pode ter notado a sua expressão facial de dor e ouvido seus próprios gemidos – todos esses elementos podem estabelecer a ocasião para a descrição “Estou com dor de dente”.

O ponto que queremos ressaltar é que os termos psicológicos associados à “privacidade” são complexos, no sentido de que seus usos estão sob controle de diversas variáveis, estando dentre elas relações privadas e públicas (Tourinho, 2006b, 2007). Por conta desse fato, por exemplo, definir a “dor” como um “evento privado” é impreciso. O significado do termo “dor” vai além da relação privada, pois o seu uso é controlado também por eventos públicos. É nesse sentido que “dor” não é apenas um evento privado. Trata-se de conceito complexo, que abrange outros elementos em sua definição. Em outras palavras, eventos privados podem controlar o uso de termos psicológicos, tais como sensação, percepção, sentimento e pensamento, mas não esgotam o significado desses termos.

Em suma, os termos psicológicos normalmente associados à privacidade não são definidos apenas por eventos privados. Mas isso não quer dizer que estes não existam ou que não sejam relevantes no estudo do comportamento, tal como Baum (2011a, 2011b) parece sugerir. Conforme argumentamos, os eventos privados são caracterizados pelo “contato especial”. Skinner, porém, sugeriu uma distinção importante entre eventos privados que seriam apenas relações entre estímulos privados e as respostas de senti-los e o que ele denominou de “comportamento encoberto”. Nas palavras do autor (1953/1965):

Um tipo importante de estímulo ao qual o indivíduo pode estar possivelmente respondendo, quando descreve o comportamento não-emitado, não tem paralelo entre as outras formas de estimulação privada. Ele surge do fato de que o comportamento pode, na realidade, ocorrer em escala tão reduzida que não possa ser observado por outros. ... Frequentemente se expressa isso dizendo que o comportamento é “encoberto”. (p. 263)

Os termos psicológicos comumente associados ao comportamento encoberto, inclusive por Baum (2011a), são “pensamento” e/ou “fala-subvocal”. Skinner (1953/1965) descreve o comportamento encoberto como aquele que ocorre em escala reduzida. No entanto, é problemático defini-lo dessa forma, já que ela

pode levar a uma análise meramente topográfica do comportamento. No caso dos eventos encobertos, o que importa não é a escala ou a magnitude, mas, novamente, as vias de contato, o “contato especial” (Zilio, 2010). O comportamento pode ocorrer sem qualquer auxílio do aparato muscular do organismo - e, mais do que isso, sem o envolvimento de qualquer tipo de estimulação interoceptiva e proprioceptiva.

A classificação das vias de contato feita por Skinner (1953/1965, 1963, 1969, 1974) é um tanto rudimentar. Seriam os sistemas nervosos interoceptivo e proprioceptivo os únicos responsáveis por eventos privados? A resposta parece negativa (Natsoulas, 1983, 1985; Schnaitter, 1984). O sistema nervoso é massivamente interconectado (Baars & Gage, 2010). Há tanto ambiente quanto respostas na privacidade do sistema nervoso central (Zilio, 2013). Schnaitter (1984) argumenta que há processos endógenos, isto é, que não ultrapassam os limites do sistema nervoso central, capazes de instanciar relações comportamentais privadas. Falar consigo mesmo, ou “pensar”, é um exemplo claro. Há tanto respostas verbais quanto estímulos em nosso “diálogo interior”. Quando vemos uma “imagem mental” – que, para Skinner (1963, 1967), seriam as mesmas respostas fisiológicas ocasionadas pela fonte de estimulação primária, mas que agora estariam sob controle de outras variáveis – e relatamos a nós mesmos que estamos vendo-a, há tanto um estímulo quanto uma resposta privada. Ainda não sabemos ao certo quais seriam as vias de contato que tornam essas relações privadas possíveis (isto é, não temos conhecimento detalhado da fisiologia do comportamento encoberto), mas é fato que há interconectividade no sistema nervoso central, e é plausível supor que isso possa gerar uma complexa gama de relações privadas que não incluem necessariamente os sistemas nervosos interoceptivo e proprioceptivo.

Vale ressaltar que não estamos sugerindo com essa hipótese que o sistema nervoso seja o sujeito do comportamento. Fazê-lo seria cometer falácia mereológica, isto é, seria atribuir uma propriedade do todo a uma de suas partes (Bennett & Hacker, 2003). É o sujeito, e não o seu sistema nervoso, que se comporta encobertamente – que “pensa”, que “fala consigo mesmo” e que vê “imagens mentais”. O comportamento de levantar o braço ocorre, em grande medida, graças aos nervos do plexo branquial, e não, por exemplo, aos do plexo sagrado (estes responsáveis, entre outras coisas, pelo movimento das pernas). No entanto, ainda assim atribuímos o comportamento de levantar o braço ao sujeito e não ao plexo branquial. Sugerimos a mesma interpretação no caso dos eventos encobertos: ainda que sejam instanciados no sistema nervoso central, eles não são comportamentos do sistema nervoso central, mas do sujeito como um todo. Em síntese, os eventos privados são caracterizados pelo contato especial entre fonte de estimulação e a resposta a essa fonte de estimulação. Skinner (1953/1965, 1963, 1969, 1974) descreveu duas vias de contato que tornam os eventos privados possíveis: os sistemas nervosos interoceptivo e proprioceptivo. No entanto, há também vias de contato endógenas, que não ultrapassam os limites do sistema nervoso central, e que também são responsáveis por estabelecer relações privadas, estas normalmente associadas a conceitos psicológicos como “pensamento”, “fala sub-vocal”, “diálogo interior”, “imagem mental”, etc. (Zilio, 2013). Skinner (1953/1965) descreveu esses tipos de relações privadas como “comportamento encoberto”.

Finalmente, chegamos à categoria *a* dos tipos de eventos privados. Baum (2011a) associou-os aos termos que, em filosofia da mente, são normalmente caracterizados de “atitudes proposicionais”, tais como crenças, desejos e intenções. Essas “atitudes” levam esse nome por focarem a relação entre estados ditos “mentais” e as proposições a eles associados. Por exemplo, a sentença “O sujeito *S* crê que Deus exista” pode ser analisada a partir da relação entre o estado “mental”, a crença de *S*, e a proposição a ela associada, a existência de Deus. No entanto, para o behaviorismo molar de Baum (2011a, 2011b), e para o behaviorismo teleológico de Rachlin (1985, 1994, 2003, 2011), estes termos não se referem a estados mentais do sujeito. Crenças, desejos e intenções não são eventos internos responsáveis por causar o comportamento. Para os autores, só seria possível atribuir uma “crença”, “desejo”, ou “intenção” a algum sujeito através da análise molar - isto é, por meio da observação de padrões estendidos de comportamento. A constatação de que o sujeito *S* crê em Deus decorre da observação de seu comportamento. Mas essa observação deve ser estendi-

da. Ver S numa dada cerimônia religiosa em um dia específico não é suficiente para justificar a atribuição da crença. Ele pode ter ido ao local por outras razões, como o batizado de um sobrinho ou o casamento de um amigo. É preciso observar o seu comportamento por um considerável período de tempo antes de chegarmos a qualquer conclusão sobre a religiosidade de S .

O mesmo vale, por exemplo, para o termo “conhecer”. Dizemos que o sujeito S conhece matemática e, por isso, sabe resolver equações complexas. No entanto, não é possível justificar a afirmativa apenas pela observação da resolução de um problema matemático. S pode ter decorado os passos da resolução, repetindo-os quando necessário. Seria imprescindível avaliar, dentre outras coisas, a capacidade de S em outros contextos, com outros problemas matemáticos, além de questioná-lo sobre a lógica por detrás da resolução dos problemas.

De fato, em concordância com Baum (2011a, 2011b), é preciso reconhecer que termos normalmente associados a eventos privados também são passíveis de análise molar. Suponhamos que uma esposa pergunte ao seu marido: “Você me ama?” Ao que ele responde: “eu passei 30 anos da minha vida ao seu lado, vimos coisas incríveis juntos; passamos momentos difíceis e alegres; te apoiei quando ninguém o fez; estive ao seu lado quando eventos tristes aconteceram; tivemos filhos juntos; tentei ao máximo não fazer algo que pudesse ir contra as suas concepções e, assim, magoá-la; sempre respeitei a sua opinião; tentei ao máximo realizar os seus desejos; e ainda faço todas essas coisas após todos esses anos...”, e assim por diante. Depois da extensa lista, a esposa replica: “Eu sei disso. Mas você me ama?” Nesse caso, a esposa parece estar se referindo a alguma concepção internalista de “amor”, de acordo com a qual esse seria algo “sentido” pelo marido. Este, por sua vez, descreve o seu padrão de comportamento ao longo dos anos como evidência em favor de seu amor pela esposa. A perspectiva molar diria que através da análise do comportamento do marido ao longo dos anos é possível dizer que ele, de fato, “ama” a sua esposa. O “amor” seria um termo associado a esses padrões estendidos de comportamento, e não uma “coisa” sentida.

No entanto, poderíamos argumentar que a análise molar seria aplicável a todo e qualquer termo referente a eventos privados? Afinal, essa foi a proposta de Baum (2011a) com os exemplos de Jane e Tom. A resposta parece ser: em parte. A análise molar no caso da Jane, por exemplo, é essencial para constatarmos se, de fato, ela estaria com “dor de dente”. O mesmo vale para Tom: a análise de seu comportamento ao longo do tempo é imprescindível para constatarmos que seu objetivo é construir uma fonte em seu quintal.

No entanto, a análise molar não torna públicos os eventos privados, e tampouco os elimina do campo de estudo do comportamento. Uma análise molar, por mais útil que seja, não invalida o fato de que Jane possui contato especial com o dente inflamado, e esta é uma relação privada essencial para entendermos o seu comportamento de ir ao dentista. Por mais que entendamos o objetivo final de Tom, ou seja, construir uma fonte em seu quintal, o momento em que ele parou de cavar e provavelmente passou a se comportar encobertamente (“pensamento”) talvez tenha sido um passo importante para o cumprimento de seu objetivo. Suponhamos que durante a escavação ele se deparou com o encanamento de sua casa e isso o fez parar por um instante. Nesse momento ele “pensou” sobre as possíveis soluções ao problema e decidiu mudar a direção da escavação para não danificar os canos já existentes. Diríamos que essa “parte” do seu comportamento não foi relevante por ser privada? Acreditamos que a resposta é não. Análises molares, embora úteis, não eliminam a importância dos eventos privados nas relações comportamentais.

Mesmo considerando, conforme apontamos, a dificuldade de estabelecer critérios precisos para distinguir análise molares e moleculares, é possível identificar aspectos úteis na proposta de “molarizar” certas análises. Os *extended time frames* propostos por Baum (2003) podem ser especialmente relevantes para a compreensão de atividades humanas complexas, que envolvem consequências temporalmente atrasadas e socialmente mediadas. A proposta pode ter um caráter preventivo: a análise de *time frames* curtos em situações experimentais não deve nos levar a limitar temporalmente nossas análises de situações humanas em contextos sociais. Não se trata, por outro lado, de afirmar que análises molares são sempre necessárias. Di-

versas situações experimentais podem exigir tão-somente a análise de consequências imediatas, e mesmo a compreensão da construção de cadeias comportamentais complexas (e.g., Tom instalando uma fonte em seu quintal) certamente exige a compreensão prévia de relações «moleculares». Realizar uma análise molar, nesse caso, significa apenas apontar a importância das consequências finais de uma cadeia comportamental complexa para a manutenção de toda a cadeia. Por definição, a observação da cadeia completa exige *time frames* maiores do que aqueles exigidos para a observação de qualquer um dos passos da cadeia isoladamente.

Podemos, por outro lado, perguntar se a proposta de Baum traz alguma novidade nesse sentido, considerando que a análise do comportamento sempre se caracterizou por ser uma ciência histórica - no sentido de apontar que não podemos compreender o “sentido”, o “significado” ou o “objetivo” de um comportamento atual sem recorrer à interrelação entre variáveis seletivas filogenéticas, ontogenéticas e culturais. Não se trata, portanto, apenas de decidir se usaremos, na observação do comportamento atual, *time frames* mais ou menos estendidos, mas de avaliar nosso grau de acesso a dados históricos sobre as relações comportamentais do organismo cujo repertório comportamental queremos explicar. Nossos *time frames*, seja qual for sua extensão, devem contemplar também o passado, e não apenas o presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível notar, pela vasta literatura da área, que há diversas variáveis controlando o uso do termo “eventos privados” (Tourinho, 2006b, 2007; cf. Barnes-Holmes, 2003; Carrara, 2012; Hayes & Fryling, 2009; Hocutt, 2009; Moore, 1980, 2001, 2009; Natsloulas, 1978, 1986; Palmer, 2009; Palmer et al., 2004; Stemmer, 1992; Zilio, 2010). Consequentemente, qualquer tentativa de definição será provavelmente incompleta, no sentido de não abarcar todas as condições normalmente associadas ao termo. O ponto é que toda definição implica delimitação, e delimitar um conceito tão complexo (no sentido de ser controlado por diversas variáveis – e, portanto, possuir diversos usos na comunidade verbal) como “eventos privados” sempre será, provavelmente, uma atividade fadada à incompletude.

No entanto, o exercício de definição é imprescindível. Precisamos ter alguma clareza sobre os fenômenos dos quais estamos falando. Dito isso, acreditamos que uma boa estratégia de definição de eventos privados consiste em restringir o conceito para algumas relações comportamentais específicas. Essas relações específicas podem atuar no contexto de relações comportamentais mais complexas - ou seja, que não envolveriam apenas eventos privados. Assim, ressaltamos dois pontos centrais na definição dos eventos privados. Primeiramente, eles são inacessíveis a terceiros: apenas o sujeito que é “afetado” por ele é capaz de “acessá-lo” (i.e., ser capaz de responder discriminativamente ao evento enquanto evento privado). Em segundo lugar, para além da impossibilidade de observação, há outro fator essencial na definição: a forma pela qual entramos em contato com eventos privados. Trata-se do “contato especial” descrito por Skinner (1963). É o contato especial que torna possível a privacidade.

Baum (2011a) associa a privacidade a categorias de eventos distintas, e sugere que a análise molar, isto é, através de padrões estendidos de comportamento, eliminaria ou, ao menos, tornaria desnecessário o estudo dos eventos privados. À luz da definição de privacidade como forma especial de contato, argumentamos que as categorias de Baum são imprecisas, seja por ressaltarem aspectos que não definem a privacidade (tal como associar eventos privados com eventos fisiológicos), seja por tratarem de termos psicológicos que são utilizados para se referir não só a eventos privados, mas também a eventos públicos (tais como “crenças”, “desejos”, “sensações” e “conhecimento”).

Consideramos ainda que embora possa ser útil na explicação do comportamento, uma análise molar não elimina ou torna desnecessárias as considerações sobre eventos privados na análise do comportamento. Por conta da associação da “privacidade” aos termos psicológicos que englobam eventos privados e públicos, a proposta de Baum parece criar a impressão de que uma análise molar seria suficiente. Todavia, ela

permanece no âmbito dos eventos públicos, deixando intocados os eventos privados. Sendo assim, a análise molar proposta por Baum parece limitada e incompleta, ainda que possa ser útil.

Em tempo, Baum (2011a, 2011b) não se restringiu à definição de privacidade e à proposição de uma análise alternativa. O autor argumentou que os eventos privados possuiriam problemas que, por si só, justificariam a sua eliminação como objeto de estudo da análise do comportamento. Trataremos desses problemas em ensaio subsequente, no qual discutiremos a possibilidade de invasão da privacidade (eventos privados podem se tornar públicos?), a distinção entre privacidade em princípio e privacidade contingencial, e o papel dos eventos privados na ciência do comportamento.

REFERÊNCIAS

- Baars, B. J., & Gage, N. M. (2010). *Cognition, brain, and consciousness: Introduction to cognitive neuroscience* (2^a Ed.). London: Academic Press.
- Barnes-Holmes, D. (2003). For the radical behaviorist biological events are not biological and public events are not public. *Behavior and Philosophy*, 31, 145-150.
- Baum, W. M. (2002). From molecular to molar: A paradigm shift in behavior analysis. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 78, 95-116.
- Baum, W. M. (2003). The molar view of behavior analysis and its usefulness in behavior analysis. *The Behavior Analyst Today*, 4, 78-81.
- Baum, W. M. (2011a). Behaviorism, private events, and the molar view of behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 185-200.
- Baum, W. M. (2011b). No need for private events in a science of behavior: Response to commentaries. *The Behavior Analyst*, 34(2), 237-244.
- Bennett, M. R., & Hacker, P. M. S. (2003). *Philosophical foundations of neuroscience*. Massachusetts: Blackwell Publishing.
- Casati, R., & Varzi, A. (2006). Events. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Retirado em 17/03/2014, de <http://plato.stanford.edu/entries/events/>
- Catania, A. C. (2011). On Baum's public claim that he has no significant private events. *The Behavior Analyst*, 34(2), 221-226.
- Carrara, K. (2012). Oxímoros, eventos privados e videoteipe. *Revista de Psicologia da IMED*, 4(2), 735-742.
- Donahoe, J., & Palmer, D. C. (1994). *Learning and complex behavior*. Boston: Allyn and Bacon.
- Galbicka, G. (1997). In today's climate, a forecast for change: A commentary on Donahoe, Palmer and Burgos. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 67(2), 220-223.
- Hayes, L., & Fryling, M. (2009). Overcoming the pseudo-problem of private events in the analysis of behavior. *Behavior and Philosophy*, 37, 39-57.
- Hineline, P. N. (1980). The language of behavior analysis: its community, its functions, and its limitations. *Behaviorism*, 8(1), 67-86.
- Hineline, P. (2011). Private versus inner in multiscaled interpretation. *The Behavior Analyst*, 34(2), 221-226.
- Hocutt, M. (2009). Private events. *Behavior and Philosophy*, 37, 105-117.
- Kuhn, T. (2006). *A estrutura das revoluções científicas* (9^a Ed.; B. V. Boeira, & N. Boeira, Trad.). São Paulo: Editora Perspectivas. (Obra original publicada em 1962).
- Marr, M. J. (2011). Has radical behaviorism lost its right to privacy? *The Behavior Analyst*, 34(2), 213-219.
- Meazzini, P., & Ricci, C. (1985). Molar vs. molecular units of analysis. Em T. Thompson, & M. D. Zeiler (Eds.), *The analysis and integration of behavioral units* (pp. 19-43). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Moore, J. (1980). On behaviorism and private events. *The Psychological Record*, 30, 459-475.

- Moore, J. (1981). On mentalism, methodological behaviorism, and radical behaviorism. *Behaviorism*, 9, 55-67.
- Moore, J. (2001). On psychological terms that appeal to the mental. *Behavior and Philosophy*, 29, 167-186.
- Moore, J. (2009). Why the radical behaviorist conception of private events is interesting, relevant, and important. *Behavior and Philosophy*, 37, 21-37.
- Natsoulas, T. (1978). Toward a model for consciousness in the light of B. F. Skinner's contribution. *Behaviorism*, 6(2), 139-175.
- Natsoulas, T. (1983). Perhaps the most difficult problem faced by behaviorism. *Behaviorism*, 11(1), 1-26.
- Natsoulas, T. (1985). The treatment of conscious content: Disorder at the heart of radical behaviorism. *Methodology and Science*, 18, 81-103.
- Natsoulas, T. (1986). On the radical behaviorist conception of consciousness. *The Journal of Mind and Behavior*, 7(1), 87-116.
- Palmer, D. C. (2009). The role of private events in the interpretation of complex behavior. *Behavior and Philosophy*, 37, 3-19.
- Palmer, D. C. (2011). Consideration of private events is required in a comprehensive science of behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 201-207.
- Palmer, D. C., Eshleman, J., Brandon, P., Layng, T. V. J., McDonough, C., Michael, J., Schoneberger, T., Stemmer, N., Weitzman, R., & Normand, M. (2004). Dialogue on private events. *The Analysis of Verbal Behavior*, 20, 111-128.
- Rachlin, H. (1985). Pain and behavior. *The Behavioral and Brain Sciences*, 8, 43-83.
- Rachlin, H. (1994). *Behavior and mind: The roots of modern psychology*. New York: Oxford University Press.
- Rachlin, H. (2003). Privacy. Em K. A. Lattal, & P. N. Chase (Eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 187-201). New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers.
- Rachlin, H. (2011). Baum's private thoughts. *The Behavior Analyst*, 34(2), 209-212.
- Schnaitter, R. (1984). Skinner on the "mental" and the "physical". *Behaviorism*, 12 (1), 1-14.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *The Psychological Review*, 52(1), 270-277, 291-294.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1963). Behaviorism at fifty. *Science, New Series*, 140(3570), 951-958.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: The Free Press. (Obra original publicada em 1953).
- Skinner, B. F. (1967). The problem of consciousness – a debate. *Philosophy and Phenomenological Research*, 27(3), 325-337.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Stemmer, N. (1992). Skinner and a solution to the problem of inner events. *The Behavior Analyst*, 15(2), 115-128.
- Tourinho, E. Z. (2001). Eventos privados em uma ciência do comportamento. Em R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento* (pp. 172-184). Santo André: ESETEC Ed. Associados.
- Tourinho, E. Z. (2006a). On the distinction between private events and the physiology of the organism. *The Behavior Analyst Today*, 7(4), 548-559.
- Tourinho, E. Z. (2006b). Private stimuli, covert responses, and private events: Conceptual remarks. *The Behavior Analyst*, 29, 13-31.

- Tourinho, E. Z. (2007). Conceitos científicos e “eventos privados” como resposta verbal. *Interação em Psicologia, 11*(1), 1-9.
- Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e relações comportamentais*. São Paulo: Paradigma.
- Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review, 20*, 158-177.
- Zilio, D. (2010). *A natureza comportamental da mente: Behaviorismo radical e filosofia da mente*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica.
- Zilio, D. (2013). *Análise do comportamento e neurociências: Em busca de uma possível síntese*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Received: November 10, 2013

Accepted: July 12, 2014